

Planalto Piauí Participações e Empreendimentos S.A.

Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Balanço patrimonial	7
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração da mutação do patrimônio líquido	10
Demonstração do fluxo de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações contábeis	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e Administradores da Planalto Piauí Participações e Empreendimentos S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Planalto Piauí Participações e Empreendimentos S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Planalto Piauí Participações e Empreendimentos S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Suporte financeiro dos acionistas

Chamamos a atenção para o fato que a Companhia encontra-se em fase de desenvolvimento de seu projeto, e até que a Companhia gere recursos suficientes para honrar seus compromissos, a continuidade das atividades operacionais dependerá do suporte financeiro por parte dos seus acionistas, conforme descrito na nota explicativa nº 1 às demonstrações contábeis. Portanto, as demonstrações contábeis acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Luis Claudio França de Araújo
Contador CRC RJ-091559/O-4

Planalto Piauí Participações e Empreendimentos S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.060	624
Imposto de renda a recuperar	5	42	27
Adiantamentos		2	-
Despesas antecipadas		<u>12</u>	<u>12</u>
Total do ativo circulante		<u>1.116</u>	<u>663</u>
Não circulante			
Impostos a recuperar	5	152	21
Imobilizado	6	<u>31</u>	<u>14</u>
Total do ativo não circulante		<u>183</u>	<u>35</u>
Total do ativo		<u>1.299</u>	<u>698</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	7	871	79
Obrigações trabalhistas	8	55	58
Obrigações fiscais	9	91	-
Outras obrigações		<u>8</u>	<u>6</u>
Total do passivo circulante		<u>1.025</u>	<u>143</u>
Patrimônio líquido	10		
Capital social		115.754	111.904
Prejuízos acumulados		<u>(115.480)</u>	<u>(111.349)</u>
Total do patrimônio líquido		<u>274</u>	<u>555</u>
Total do passivo		<u>1.299</u>	<u>698</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Planalto Piauí Participações e Empreendimentos S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	11	(4.266)	(1.854)
Outras receitas (despesas)		<u>5</u>	<u>3</u>
Resultado antes do resultado financeiro		<u>(4.261)</u>	<u>(1.851)</u>
Resultado financeiro			
Despesas financeiras		(8)	(4)
Receitas financeiras		<u>138</u>	<u>50</u>
Prejuízo do exercício		<u>(4.131)</u>	<u>(1.805)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Planalto Piauí Participações e Empreendimentos S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	2025	2024
Prejuízo do exercício	(4.131)	(1.805)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>(4.131)</u>	<u>(1.805)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Planalto Piauí Participações e Empreendimentos S.A.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Capital social			
	Subscrito	A integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	110.254	-	(109.544)	710
Subscrição de capital	2.500	(2.500)	-	-
Integralização de capital	-	1.650	-	1.650
Prejuízo do exercício	-	-	(1.805)	(1.805)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	112.754	(850)	(111.349)	555
Subscrição de capital	3.000	(3.000)	-	-
Integralização de capital	-	3.850	-	3.850
Prejuízo do exercício	-	-	(4.131)	(4.131)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	115.754	-	(115.480)	274

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Planalto Piauí Participações e Empreendimentos S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(4.131)	(1.805)
Ajustes para reconciliar o resultado líquido do exercício ao caixa líquido utilizado nas atividades operacionais:		
Depreciação	7	4
(Aumento)/redução de ativos operacionais e Aumento/(redução) de passivos operacionais		
Impostos a recuperar	(146)	(7)
Adiantamentos	(2)	-
Despesa antecipada	-	(2)
Fornecedores	792	27
Obrigações trabalhista	(3)	2
Obrigações fiscais	91	(6)
Outras obrigações	2	-
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	<u>(3.390)</u>	<u>(1.787)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(24)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	<u>(24)</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	3.850	1.650
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	<u>3.850</u>	<u>1.650</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>436</u>	<u>(137)</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	624	761
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	<u>1.060</u>	<u>624</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>436</u>	<u>(137)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Valores expressos em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Planalto Piauí Participações e Empreendimentos S.A. (“Planalto Piauí” ou “Companhia”) foi constituída em dezembro de 2007, e tem sede na Avenida Presidente Wilson, nº 231, 23º andar, salas 2303 e 2304 – parte, bairro Centro, Rio de Janeiro. A Companhia tem como objeto social a pesquisa mineral com prospecção, exploração, desenvolvimento de lavra, industrialização, comercialização e exportação de bens minerais, a prestação de serviço de transporte ferroviário de carga, bem como participação em outras sociedades, na condição de acionista ou sócio-quotista.

A Companhia possui um projeto de exploração de minério de ferro nos municípios de Curral Novo, Paulistana, Simões e Betânia do Piauí, todos no Estado do Piauí, chamado de Projeto Planalto Piauí.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possuía 13 direitos minerários sendo 6 Autorização de Pesquisa e 7 Concessões de Lavra, totalizando 19.089,35 (*) hectares.

O controle da Companhia é exercido pelo Opportunity Holding Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior que detém 99,99% das ações ordinárias.

A Companhia encontra-se em fase de desenvolvimento de seu projeto, conforme os padrões internacionalmente aceitos. Até que a Companhia gere recursos suficientes para honrar seus compromissos, a continuidade das atividades operacionais da Companhia depende do suporte financeiro por parte dos acionistas o qual detém capacidade financeira suficiente e intenção de subsidiar os projetos de desenvolvimento e os compromissos financeiros com seus fornecedores terceiros. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia possui uma provisão de *impairment* de R\$80.030, que foi registrado em anos anteriores e foi baseado na perspectiva na ausência de infraestrutura local para escoamento do minério no momento de potencial exploração da mina. Dessa forma, a Companhia registrou provisão para perda no valor recuperável referente ao custo investido do projeto desde a sua criação e a medida que as condições de infraestrutura local estejam satisfatórias, a Companhia reavaliará o valor em uso do referido projeto. A Companhia avaliou as condições econômicas do projeto em 31 de dezembro de 2025 e concluiu que a provisão de *impairment* não deveria ser revertida.

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, complementadas pelos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos ativos financeiros, mensurados a valor justo através do resultado.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que a mesma possui capacidade para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas com base no pressuposto de continuidade.

Em 13 de março de 2026 a Administração da Companhia autorizou a conclusão e divulgação das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Declaração de relevância

Todas as informações relevantes às demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

A Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo que poderiam causar um ajuste no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, está discutida a seguir:

- ***Redução dos valores de recuperação dos ativos imobilizado e intangível (impairment)***
Os itens dos ativos imobilizado e intangível com prazo de vida útil definida que apresentem indicadores de perda de seu valor recuperável, com base em fatores financeiros e econômicos, e considerando o prazo de maturação dos investimentos, têm seus valores contábeis anualmente revisados por meio de realização do teste de recuperabilidade (*impairment*). Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia possui uma provisão de *impairment* de R\$80.030 (Sendo R\$ 2.336 no ativo imobilizado e R\$ 77.694 no ativo intangível) e não identificou indicativos de perda adicional quanto a recuperabilidade dos ativos de vida útil definida.
- ***Vida útil dos ativos imobilizado***
A depreciação do ativo imobilizado considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.

A Companhia adota como procedimento a revisão periódica dos bens do ativo imobilizado com o objetivo de identificar possíveis perdas e efetua também, pelo menos anualmente, revisões da vida útil dos bem registrados no ativo imobilizado.

3 Resumo das políticas contábeis materiais

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os depósitos bancários inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultado, custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 dias a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. A Companhia possui classificado em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e de aplicação financeira com liquidez imediata. O caixa e equivalente de caixa são mensurados ao valor justo por meio de resultado através de hierarquia de valor justo de nível 2.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem passivo financeiro não derivativo: os saldos de fornecedores são mensurados ao custo amortizado.

b. Provisões

Em linha com o CPC25, uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

c. Imposto de renda e contribuição social

c.1 Impostos sobre lucro

A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real, onde o imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, sobre a parcela do lucro que exceder a R\$240 ano. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada com base na alíquota de 9%. A Companhia não apurou lucro tributável nos exercícios de 2025 e 2024.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui R\$ 32.750 e R\$ 34.774 de prejuízo fiscal e base negativa, respectivamente, para os quais o imposto de renda e contribuição social diferidos sobre tais prejuízos e base negativa não foram registrados nos livros contábeis em função de ausência de expectativa de lucro tributável.

d. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

A Sociedade não teve quaisquer alterações em suas políticas contábeis em relação às aplicadas nas demonstrações contábeis para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

e. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

IFRS 18: Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substituiu o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Contábeis). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements* (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas só entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. Logo, o IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. O Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e respectivas notas explicativas.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Bancos conta movimento	5	2
Aplicações financeiras	<u>1.055</u>	<u>622</u>
	<u>1.060</u>	<u>624</u>

O saldo de aplicações financeiras é representado por valores investidos em fundos de investimento de renda fixa, mantidos em instituições financeiras de primeira linha, com liquidez imediata. Em 2025, a remuneração média foi de 99,71% do CDI, (99,00% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

5 Impostos a recuperar

	2025	2024
IRPJ a recuperar	42	27
COFINS a recuperar	125	17
PIS a recuperar	27	4
	<u>194</u>	<u>48</u>
Circulante	42	27
Não circulante	152	21

6 Imobilizado

	Terrenos	Outros ativos ⁽ⁱ⁾	Provisão para impairment	Veículos ⁽ⁱⁱ⁾	Total
Custo					
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>2.332</u>	<u>87</u>	<u>(2.419)</u>	<u>21</u>	<u>21</u>
Adições	-	24	-	-	24
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>2.332</u>	<u>111</u>	<u>(2.419)</u>	<u>21</u>	<u>45</u>
Depreciação acumulada					
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	<u>(83)</u>	<u>83</u>	<u>(7)</u>	<u>(7)</u>
Depreciação no exercício	-	(3)	-	(4)	(7)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	<u>(86)</u>	<u>83</u>	<u>(11)</u>	<u>(14)</u>
Em 31 de dezembro de 2025	<u>2.332</u>	<u>25</u>	<u>(2.336)</u>	<u>10</u>	<u>31</u>

	Terrenos	Outros ativos ⁽ⁱ⁾	Provisão para impairment	Veículos ⁽ⁱⁱ⁾	Total
Custo					
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>2.332</u>	<u>87</u>	<u>(2.419)</u>	<u>21</u>	<u>21</u>
Adições	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>2.332</u>	<u>87</u>	<u>(2.419)</u>	<u>21</u>	<u>21</u>
Depreciação acumulada					
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	<u>(83)</u>	<u>83</u>	<u>(3)</u>	<u>(3)</u>
Depreciação no exercício	-	-	-	(4)	(4)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	<u>(83)</u>	<u>83</u>	<u>(7)</u>	<u>(7)</u>
Em 31 de dezembro de 2024	<u>2.332</u>	<u>4</u>	<u>(2.336)</u>	<u>14</u>	<u>14</u>

(i) O saldo corresponde aos itens: Instalações, equipamentos, benfeitorias em prédios de terceiros e computadores e periféricos.

- (ii) A depreciação dos veículos é calculada pelo método linear, com base em uma taxa anual de 20%, correspondente a uma vida útil estimada de 5 anos.

7 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de fornecedores é de R\$ 871 (R\$ 79 em 31 de dezembro de 2024), e é composto, principalmente, por compromissos de curto prazo assumidos com fornecedores de serviços contratados. O aumento no saldo de fornecedores se refere principalmente a contas a pagar com atividades de exploração cujo serviço já foi executado e a obrigação ainda não foi liquidada. A Companhia segue com seu plano de desenvolvimento do projeto em linha com o plano de negócios.

8 Obrigações trabalhistas

	2025	2024
Provisão de férias	8	12
IRRF a recolher	9	9
Encargos trabalhistas	18	19
Programa de participação nos resultados (PPR)	20	18
	<u>55</u>	<u>58</u>

9 Obrigações fiscais

	2025	2024
PIS e COFINS	37	-
Impostos retidos	13	-
ISS - Impostos sobre serviço	41	-
	<u>91</u>	<u>-</u>

10 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 115.754 (R\$111.904 em 2024), dividido em 35.379.110.543 ações ordinárias (5.379.110.543 ações em 2024), todas nominativas e sem valor nominal.

Em 30 de abril de 2024, foi aprovado e integralizado um aumento de capital no montante de R\$ 1.000 (um milhão de reais) mediante a emissão de 222.222.223 novas ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal.

Em 22 de novembro de 2024, foi aprovado um aumento de capital no montante de R\$1.500 mediante a emissão de 5.000.000.000 novas ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal. O aumento foi realizado da seguinte forma R\$ 650 (seiscentos e cinquenta mil reais) integralizados no ano de 2024 e R\$ 850 (oitocentos e cinquenta mil reais) integralizados em 02 de abril de 2025.

Em 27 de maio de 2025, foi aprovado um aumento de capital no montante de R\$ 3.000 (três milhões de reais) mediante a emissão de 30.000.000.000 novas ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal. O aumento foi totalmente integralizado no ano de 2025.

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos não inferiores a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustados nos termos da Lei nº 6.404/79 e deduzido das destinações determinadas em Assembleia. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia apurou prejuízo, logo não deliberou pelo pagamento do dividendo mínimo obrigatório.

11 Despesas gerais e administrativas por natureza

	2025	2024
Serviços contratados (i)	(2.765)	(657)
Salários e encargos	(874)	(852)
Viagens e representações (ii)	(202)	(77)
Veículos	(148)	(73)
Ocupação	(109)	(64)
Outras	(168)	(131)
	<u>(4.266)</u>	<u>(1.854)</u>

- (i) Em 2025, os principais gastos dos serviços contratados se referem a serviços técnicos de atualização de estudos de engenharia.
- (ii) Se refere a despesa com viagens para o projeto.

12 Partes relacionadas

a. Remuneração dos administradores

A Companhia não concede benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a remuneração (excluindo encargos e benefícios) paga aos administradores foi de R\$ 60.

b. Transação entre Bemisa Participações e Planalto Piauí

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo a pagar de R\$ 2, registrado na rubrica de outras obrigações é composto pelo compartilhamento de despesas administrativas e operacionais com empresas do mesmo grupo econômico.

13 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

As descrições dos saldos contábeis e dos valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 estão identificadas a seguir:

Ativo	2025			2024		
	Valor justo	Valor contábil	Classificação	Valor justo	Valor contábil	Classificação
Caixas e equivalentes	1.060	1.060	Valor justo	624	624	Valor justo
Passivo	Valor justo	Valor contábil	Classificação	Valor justo	Valor contábil	Classificação
Fornecedores	871	871	Custo amortizado	79	79	Custo amortizado

a. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; Risco de commodities.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, além dos objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento do capital da Companhia.

b. Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração da Companhia tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

c. Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, quando aplicável.

d. Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detinha caixa e equivalentes de caixa de R\$ 1.060 em 31 de dezembro de 2025 os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem altas qualificações no mercado.

e. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

	Até 1 ano	> 1 a 2 anos	> 2 a 5 anos	> 5 a 10 anos
Fornecedores	871	-	-	-

f. Risco de commodities

O resultado da Companhia será influenciado pelo potencial de valorização das commodities no momento da definição do preço de venda do minério de ferro. A rentabilidade da Companhia tem impacto pelas oscilações dos preços destas commodities no mercado.

A Companhia vem realizando estudos geológicos em áreas com potencial de identificação de minério. No ambiente de pesquisa e prospecção de áreas com potencial de identificação de minérios, a Companhia está suscetível aos riscos descritos a seguir:

- Aquisição ou Arrendamento de alvarás de pesquisa e realização de custos de pesquisas e prospecções sem sucesso na identificação de minérios em volumes que justifiquem os investimentos necessários para exploração e disponibilização para vendas; e
- Aquisição ou Arrendamento de alvarás de pesquisa e realização de custos de pesquisas e prospecções com identificação de minérios de baixa qualidade.

g. Valor justo hierárquico

Existem três níveis para classificação do Valor Justo referente a instrumentos financeiros, sendo que a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativos ou passivos financeiros. A classificação dos Níveis Hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1: dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2: dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraídos de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3: dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Em 31 de dezembro de 2025, a classificação por Nível Hierárquico apresenta-se da seguinte forma para os instrumentos financeiros valorizados a valor justo:

Ativo	2025			2024		
	Valor justo	Nível	Total	Valor justo	Nível	Total
Caixas e equivalentes	1.060	2	1.060	624	2	624

Ressaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como Nível 1 e 3 durante o período em análise e que não ocorreram transferências entre níveis neste mesmo período.

h. Gerenciamento do capital

A política da Administração, bem como as demais áreas, procura um equilíbrio entre a rentabilidade vis-à-vis o risco incorrido, de modo a não expor seu patrimônio ou de sofrer com variação de preço súbita ou flutuações do mercado. Visando à gestão do capital saudável, a Companhia adota a política de preservar a liquidez com o acompanhamento de perto do fluxo de caixa de curto e longo prazo.

14 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Risco coberto	Vigência	2025	2024
Responsabilidade Civil dos Administradores (D&O)	11/2025 a 11/2027	50.000	50.000
Seguro Frota	07/2025 a 07/2026	4.830	4.796
		<u>54.830</u>	<u>54.796</u>

15 Evento subsequente

Em 28 de janeiro de 2026, a Companhia aprovou um aumento de capital no valor de R\$ 3.000 (três milhões de reais) mediante a criação de 300.000.000.000 novas ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 0,00001 por ação, sendo R\$ 1.500 (um milhão e quinhentos reais) integralizado no dia 02 de fevereiro de 2026 e o saldo remanescente até 31 de dezembro de 2026.

* * * * *